



**PARECER PRÉVIO Nº 33/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 2144/2011**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.
- 4- **Exercício:** 2010.
- 5- **Responsáveis:** Sr. Hilton Laborda Pinto (Prefeito e Ordenador de Despesas no período de 01/01/2010 a 28/09/2010), e Sr. Aminadab Meira de Santana (Prefeito e Ordenador de Despesas no período de 29/09/2010 a 31/12/2010).
- 6- **Advogado:** Ricardo Mendes Lasmar - OAB/AM N. 5.933.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP/DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1321/2018-MPC/ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2010.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas Anuais.*

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1- Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal:**

- **A desaprovação das Contas** da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, referente ao exercício de 2010, de responsabilidade do **Sr. Hilton Laborda Pinto**, Prefeito e Ordenador de Despesas no período de 01/01/2010 a 28/09/2010, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º da CF/88 c/c art. 127, CE/89, art. 18 LC nº 06/91 e art. 1º, I da Lei n. 2423/96;
- **A desaprovação das Contas** da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, referente ao exercício de 2010, de responsabilidade do **Sr. Aminadab Meira de Santana**, Prefeito e Ordenador de Despesas no período de 29/09/2010 a 31/12/2010, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º da CF/88 c/c art. 127, CE/89, art. 18 LC nº 06/91 e art. 1º, I da Lei n. 2423/96.



**PARECER PRÉVIO Nº 33/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 11- Ata:** 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 17 de Julho de 2018.  
**13- Especificação do quorum:** Conselheiros Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.  
**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**JOAO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 33/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 2144/2011**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.
- 4- **Exercício:** 2010.
- 5- **Responsáveis:** Sr. Hilton Laborda Pinto (Prefeito e Ordenador de Despesas no período de 01/01/2010 a 28/09/2010), e Sr. Aminadab Meira de Santana (Prefeito e Ordenador de Despesas no período de 29/09/2010 a 31/12/2010).
- 6- **Advogado:** Ricardo Mendes Lasmar - OAB/AM N. 5.933.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP/DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1321/2018-MPC/ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2010.

*Irregularidade. Multas. Prazos. Alcance.  
Determinação. Comunicados. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1– Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, referente ao exercício de 2010, de responsabilidade do **Sr. Hilton Laborda Pinto**, Prefeito e Ordenador de Despesas no período de 01/01/2010 a 28/09/2010, com fulcro no art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual n. 2.423/96;
- 10.2- Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, referente ao exercício de 2010, de responsabilidade do **Sr. Aminadab Meira de Santana**, Prefeito e Ordenador de Despesas no período de 29/09/2010 a 31/12/2010, com fulcro no art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual n. 2.423/96;
- 10.3 - Determinar** à Câmara Municipal de Novo Aripuanã, o cumprimento do art. 127, §§5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o prazo de 60 (sessenta) dias para o julgamento das contas do exercício de 2010, sob responsabilidade dos **Senhores Hilton Laborda Pinto**, Prefeito e Ordenador de Despesas no período de 01/01/2010 a 28/09/2010, e **Aminadab Meira de Santana**, Prefeito e Ordenador de Despesas no período de 29/09/2010 a 31/12/2010;



**ACÓRDÃO Nº 33/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.4 - Aplicar Multa ao Sr. Hilton Laborda Pinto**, Prefeito e Ordenador de Despesa no período de 01/01/2010 a 28/09/2010, no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil e noventa e seis reais e três centavos) por cada mês de competência em que houve atraso/ não envio de dados, via ACP, ou seja, de janeiro a setembro, totalizando o valor de R\$ 9.864,27 (nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**10.4.1 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada à esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”, devendo o responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**10.4.2 - Autorizar** a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

**10.5 – Aplicar Multa ao Sr. Hilton Laborda Pinto**, Prefeito e Ordenador de Despesas no período de 01/01/2010 a 28/09/2010, no valor de **R\$ 40.000,00** (quarenta mil reais), pelas impropriedades remanescentes nos subitens 1.1.1; 1.1.4; 1.1.5; 1.1.6; 1.1.8; 1.1.9; 1.1.10; 1.1.11; 1.1.14; 2.1.1 (2.1.1.1, 2.1.1.2, 2.1.1.3, 2.1.1.5); 2.1.2 (2.1.2.1, 2.1.2.2, 2.1.2.4); 2.1.3 (2.1.3.1, 2.1.3.3); 2.1.4 (2.1.4.1, 2.1.4.2, 2.1.4.3 e 2.1.4.5); 2.1.5 (2.1.5.1, 2.1.5.2, 2.1.5.3, 2.1.5.4, 2.1.5.5, 2.1.5.7); 2.1.6 (2.1.6.1, 2.1.6.2, 2.1.6.3, 2.1.6.4, 2.1.6.5, 2.1.6.6 e 2.1.6.8); 2.1.7 (2.1.7.1, 2.1.7.2, 2.1.7.4); 2.1.8 (2.1.8.1, 2.1.8.2, 2.1.8.3, 2.1.8.5); 2.1.9 (2.1.9.1, 2.1.9.2, 2.1.9.3, 2.1.9.5) e 2.1.10 (2.1.10.1, 2.1.10.2, 2.1.10.3, 2.1.10.5); 3.1; 3.2; 3.3; 3.4; 3.6; 3.7; 3.8; 3.10; 3.12; 3.13; 3.14; 3.15; 3.16; 3.18; 3.19 e 3.20 deste voto, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**10.5.1 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada à esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”, devendo o responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;



**ACÓRDÃO Nº 33/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.5.2 - Autorizar** a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

**10.6 – Aplicar Multa** ao Sr. Aminadab Meira de Santana, Prefeito e Ordenador de Despesas no período de 29/09/2010 a 31/12/2010, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pelas impropriedades remanescentes nos itens 1.2.2, 1.2.3, 1.2.5, 1.2.12, 3.1; 3.2; 3.3; 3.4; 3.6; 3.7; 3.8; 3.10; 3.12; 3.13; 3.14; 3.15; 3.16; 3.18; 3.19 e 3.20 deste voto, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002- TCE/AM;

**10.6.1 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada à esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”, devendo o responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**10.6.2 - Autorizar** a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

**10.7 – Considerar em Alcance** por Responsabilidade Solidária o **Sr. Hilton Laborda Pinto**, Prefeito e Ordenador de Despesas no período de 01/01/2010 a 28/09/2010, e a **empresa Conspar Comércio Serviços e Construção Ltda – ME**, no valor de **R\$ 3.713.669,06** (três milhões, setecentos e treze mil, seiscentos e sessenta e nove reais e seis centavos), com fulcro no art. 304, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, em razão da não comprovação da execução física das obras e serviços de engenharia contratados, conforme tabela contida no subitem 5.5.1 do Relatório Conclusivo n. 57/2018-DICOP, fls. 3.109v./3.110v;

**10.7.1 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento do valor mencionado acima à esfera Municipal, para Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;





**ACÓRDÃO Nº 33/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.7.2 – Comunicar** a Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã para que inicie os devidos procedimentos para a devolução imediata aos cofres municipais, tendo em vista que, no julgamento das contas do gestor, o **Sr. Hilton Laborda Pinto**, Prefeito e Ordenador de Despesa no período de 01/01/2010 a 28/09/2010 e a **empresa Conspar Comércio Serviços e Construção Ltda – ME**, foram julgados em alcance solidário conforme item 9 do voto;

**10.8 - Considerar em Alcance** por Responsabilidade Solidária o **Sr. Aminadab Meira de Santana**, Prefeito e Ordenador de Despesa no período de 29/09/2010 a 31/12/2010, e as empresas contratadas para execução de obras e serviços de engenharia, no valor total de **R\$ 196.667,27** (cento e noventa e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais e vinte e sete centavos) conforme tabela contida nos subitens item 5.3.1 e 5.41 do Relatório Conclusivo n. 57/2018-DICOP, fls. 3.109v./3.110v, nos seguintes moldes:

**10.8.1 - no valor de R\$ 142.219,59** (cento e quarenta e dois mil, duzentos e dezenove reais e cinquenta e nove centavos) ao **Senhor Aminadab Meira de Santana e a Construtora Paricá Ltda-ME**, em razão da não comprovação da execução física dos objetos contratados, com fulcro no art. 304 , I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**10.8.2 - no valor de R\$ 54.447,68** (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos) ao **Senhor Aminadab Meira de Santana e a empresa JK Comércio Material Elétrico e Construção Ltda-EPP**, em razão da não comprovação da execução física dos objetos contratados, com fulcro no art. 304, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**10.8.3 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento do valor mencionado acima à esfera Municipal, para Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

**10.8.4 - Comunicar** a Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã para que inicie os devidos procedimentos para a devolução imediata aos cofres municipais, tendo em vista que, no julgamento das contas do gestor, o **Sr. Aminadab Meira de Santana**, Prefeito e Ordenador de Despesa no período de 29/09/2010 a 31/12/2010, e **as empresas Construtora Paricá Ltda-ME e JK Comércio Material Elétrico e Construção Ltda-EPP**, foram julgados em alcance solidário, conforme item 10, subitens 10.1 e 10.2 do voto;



**ACÓRDÃO Nº 33/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.9 – Recomendar** à Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã que observe com maior rigor a legislação pertinente aos temas tratados nos autos, assim como as disposições contidas no Relatório Conclusivo n. 29/2012-DCAMI (fls. 1.429/1480), e as considerações realizadas neste voto nos itens 1.1.6, 1.1.7, 1.1.9, 1.1.11, 1.1.12, 1.1.13, 1.1.14, 1.2.1, 1.2.4, 1.2.6, 1.2.7, 1.2.8; 1.2.9, 1.2.10, 1.2.11, 1.2.13;
- 10.10 – Comunicar** o Sec. da Receita Federal do Brasil sobre o teor da restrição n. 19.1.4 do Relatório Conclusivo n. 29/2012-DCAMI (fls. 1.429/1480), objeto do item 1.1.3 do voto, com amparo no art. 2º, da Lei Federal n. 11.457/2007;
- 10.11 – Comunicar** o Ministério Público do Estado do Amazonas acerca das irregularidades apontadas nos presentes autos, enviando-lhe cópia digital do presente processo, para adoção das medidas que entender cabíveis.

**11- Ata:** 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 17 de Julho de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**JULIO CABRAL**

Conselheiro-Relator

**JOAO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral